

CURUMINS E CUNHATÃS: POR UMA POSSÍVEL HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS INDÍGENAS NO BRASIL*

CURUMINS AND CUNHATÃS: TOWARDS A POSSIBLE HISTORY OF INDIGENOUS CHILDHOODS IN BRAZIL



Bruno Miranda Braga¹

Resumo: Em terra brasilis, a história da infância não difere muito da escrita pelos europeus, uma vez que esses pequenos sujeitos pouco aparecem nos escritos das diferentes épocas do país. Porém, para o Brasil é importante esclarecer que ao estudar a História da infância compreender a diversidade e as distinções socioculturais que marcam nossa história desde o processo de colonização na qual conviviam crianças indígenas e africanas, as nascidas em solo brasileiro, pobres, livres, as deixadas nas rodas dos desesperados, as dos pais enriquecidos, ou seja, havia e ainda há múltiplas infâncias. O artigo assim apresenta aspectos do cotidiano indígena na história do Brasil destacando a presença das crianças e o contexto em que estavam inseridos, como eram tratados, classificados e viviam. Destaco o século XIX, e a relação do império com os menores e a constituição de uma noção de infância indígena.

Palavras-Chave: História indígena; infâncias; história da infância; povos indígenas.

Abstract: In Brazil, the history of childhood does not differ much from that written by Europeans, since these little people rarely appear in writings from different periods in the country. However, for Brazil it is important to clarify that when studying the History of childhood, understanding the diversity and sociocultural distinctions that mark our history since the colonization process in which indigenous and African children lived together, those born on Brazilian soil, poor, free, left in the circles of the desperate, those of the rich parents, that is, there were and still are multiple childhoods. The article thus presents aspects of indigenous daily life in the history of Brazil, highlighting the presence of children and the context in which they were inserted, how they were treated, classified and lived. I highlight the 19th century, and the relationship between the empire and minors and the constitution of a notion of indigenous childhood.

Keywords: Indigenous history; childhoods; childhood history; Indian people.

* Versão final e modificada da conferência Histórias de infâncias e juventudes indígenas proferida no Canal do GT Indígenas na História, da ANPUH no dia 17 de junho de 2021.

¹ Doutor em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Amazonólogo, com especialização em Estudos Amazônicos pela Universidade de Brasília e em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduado em História pelo Universitário do Norte (UNINORTE) e em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: brunomirandahistor@hotmail.com



Introdução: a História da infância e as crianças indígenas nela

*“...As cunhantãs e os curumins
Guardiães dos segredos
Que revelam os sinais (revelam os sinais)
Que passarão aos filhos. E aos filhos
De seus filhos. Além”*

*Toada Nominação. Composição: Andréa Pontes/
Bené Siqueira/Simão Assayag. Boi-Bumbá Caprichoso, 1999.*

Falar de indígenas ainda hoje desperta sentimentos de ambivalência com uma multiplicidade de sensações passando desde um sentimento de fascínio, de raiva, de dor, de amizade, de repulsa, de solidariedade... isso porque ainda hoje, muitos brasileiros e estrangeiros também classificam ou “coisificam” os indígenas como “parte da paisagem”, “matutos, selvagens”, e principalmente como parte de um passado distante da história da América Ameríndia. É bem verdade que cresce, (graças a Tupana²) os grupos de estudo acadêmico em diferentes áreas que refutam e ressignificam essas visões, e cresce a participação de indígenas nesses estudos, e nos meios universitários do país. Hoje já temos uma singela, mas expressiva “intelectualidade indígena”, que conta com o nosso apoio.

Quando nos aventuramos a pesquisar, ou a falar de “história da infância”, o primeiro embate é o que consideramos infância. O dicionário Michaelis³ define infância como: “1) Período da vida, no ser humano, que vai desde o nascimento até o início da adolescência; meninice, puerícia; 2) As crianças em geral.” E propõe três figurações para o termo: uma designa o “primeiro período da existência de uma sociedade ou de uma instituição”, outra enfatiza o “começo da existência de alguma coisa,” essas duas figurações sintetizam bem para História indígena do Brasil a famosa frase de Varnhagen que “para os índios, povos na infância não havia história, só etnografia”. Por fim, o dicionarista propõe uma

² Nas cosmogonias de diferentes grupos da Amazônia Indígena, Tupana é o ser criador das águas, das florestas e dos próprios grupos. O tempo de Tupana é o tempo primordial, e suas ações são hierofanias.

³ DICIONÁRIO MICHAELIS. Infância. Michaelis On-line. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/infancia%20/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.



terceira figuração que designa um “estado de espírito em que não há malícia; credulidade, ingenuidade, inocência.”⁴

Nesse sentido, pensemos: será que todos os pequenos brasileiros e brasileiras são inseridos nesse conceito? Ou melhor, são atendidos por essa conceituação? Ou será que eles se enquadram apenas nas figurações, especialmente nas duas primeiras. Phellipe Ariès⁵, na sua obra clássica denomina infância como um sentimento e um sentido no qual desde o século XII, o “século das instituições”⁶, se tornaram visíveis de acordo com o comportamento dos menores no meio social da época e as relações com as suas famílias. O autor apresenta ainda que pelas suas fontes é visível e constatado a “fragilidade da criança, bem como sua desvalorização.”⁷

Desde a História Antiga, mulheres e crianças foram classificados como “inferiores”, indignos de tratamento diferenciado, tenda a infância uma durabilidade menor que a concebida hoje. Ainda no entorno do século XII, era provável não haver lugar para a infância, pois a arte medieval a desconhecia. A partir dessa iconoclastia, Ariès apontou que as crianças eram representadas em ações cotidianas estando “[...] a criança com sua mãe; a criança com seus companheiros de jogos, muitas vezes, adultos; a criança na multidão mas “ressaltada” no colo de sua mãe ou segura pela mão, ou brincando, ou ainda urinando”, nesse sentido, a criança estava sempre nas atividades dos e com os adultos constituindo parte da história, continuando, Ariès destaca que a criança estava ainda “no meio do povo assistindo aos milagres ou aos martírios, ouvindo prédicas, acompanhando os ritos litúrgicos, as apresentações ou as circuncisões; a criança aprendiz de um ourives, de um pintor etc.; ou a criança na escola [...]”⁸

⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba* (Vol. 1, 2ª ed.). Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1877. p. p. 5, 6. Acervo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/USP. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>. Acesso em 12 de junho de 2019.

⁵ ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

⁶ O historiador medievalista Jacques Le Goff denominou assim o século XII pois foi neste período que a Igreja se institucionalizou, as Universidades tomaram aporte para serem “independentes” e outros fatores. Interessante é Ariès apontar para a partir deste século as visões sobre a infância.

⁷ Idem, op. cit. loc. cit.

⁸ ARIÈS, 1978, op. cit. p. 21.



A criança de Ariès é uma criança europeia, “filha do seu tempo”, e submetida as culturas daquele período histórico, social e político, destaca o autor. Um ponto interessante que refuta a possível singularidade no pensamento de Ariès foi dada por Moysés Kuhlmann Jr., para este autor, a história da infância seria dividida em seis etapas que seriam:

[...] o infanticídio, da Antiguidade ao século IV D.C.; o Abandono, do século IV ao XIII; a Ambivalência, do século XIV ao XVII; a Intrusão ou Intromissão, no século XVIII, a Socialização, do século XIX a meados do século XX; e o Apoio, Colaboração ou Amparo (*Helping Mode Ayuda*, na trad. Espanhola), iniciado em meados do século XX.⁹

Para o Brasil, uma coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priori¹⁰, nos mostra com diferentes autores como se deu e se dá ainda o trato com as crianças em diferentes temporalidades da nossa história. Porém quase sempre é a história das crianças “brancas”, ou “pretas escravizadas ou libertas”. Cada vez mais revisitado por pesquisadores de diferentes áreas, especialmente acerca da educação escolar, a história da infância no Brasil parece estar em constante atualização. Autores e autoras abordam desde as últimas décadas do século XX, a criança não apenas como objeto, porém como sujeitos históricos e as diferentes concepções pelas diferentes sociedades no correr da história.

Penso que assim como a história canônica do Brasil relegou os indígenas ao passado longínquo, os pequenos e pequenas dos diferentes grupos étnicos de nosso país, foram “perdidos na ventura”.

Eis um ponto importante para pensarmos e lermos e construirmos uma possível história das infâncias indígenas: ver as cunhatãs e os curumins e ouvi-los. verificar nas fontes suas brincadeiras, suas atuações sejam no trabalho, seja na educação, na vida religiosa e outras atividades. Em toda a história, temos a participação dos menores indígenas. Há inclusive, meninos e meninas indígenas brasileiros que foram levados ao estrangeiro, como veremos a seguir.

⁹ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 20.

¹⁰ DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.



Nesse sentido, pensar uma possível história das infâncias indígenas é considerar os pressupostos da nova história indígena e do indigenismo e ver nesses menores atuação, cultura e resistência política, é verificar na história olhos, ouvidos e coraçõezinhos que estavam imersos em políticas hostis que visavam desde o século XVI até boa parte de século XX sua assimilação, mudança e transformação em “seres úteis e produtivos”. De fato, “a fascinação pelos anos da infância, um fenômeno relativamente recente”¹¹, fez com que o conceito de infância sofresse alterações significativas ao longo da história. Compreender o que foram esses conceitos, analisando a infância do ponto de vista histórico, pode nos revelar muito sobre a sua situação atualmente.

É importante destacar as possíveis semelhanças no trato dos pais indígenas e dos pais não indígenas, verificar o “como pensam os nativos”, e como estes tratavam suas crianças. Para os não indígenas o trato dado a uma criança do sexo masculino era, em muitos casos, diferente do tratamento recebido por uma criança do sexo feminino, pois “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ameríndio, estes diferentes dos não indígenas não abandonam seus filhos¹², e a prática do abandono de crianças nas rodas dos expostos foi muito comum no Brasil até meados do século XIX.

Edson Pasetti destaca que a primeira roda foi aberta em 1726 na Santa Casa de Misericórdia de Salvador. “Ainda no período colonial, uma segunda e última roda é estabelecida em Recife. Mesmo, após a independência do Brasil, essas rodas continuaram a funcionar”. Em 1825, de acordo com autor, outra roda é instalada na Santa Casa de misericórdia de São Paulo. Aos poucos as rodas dos expostos foram sendo abolidas por serem contrárias às ideias do estado imperial e passara a “receber críticas de médicos higienistas, que viam esta forma de assistencialismo como responsável pelas mortes prematuras de crianças.”¹³

¹¹HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 13.

¹² Exceto algumas comunidades que se a criança nasce com alguma deficiência optam por abandoná-lo de acordo com as crenças da comunidade. Porém, hoje são raros os grupos que mantêm essa prática constante.

¹³ PASSETTI, Edson. *As crianças brasileiras: um pouco de sua história*. s/d, s/l/, s/e.



No sistema de catequização jesuítico, as crianças recebiam tratamento diferente uma vez que era “mais fácil” atraí-los e convencê-los. Nesse sentido, boa porção das crianças indígenas estava sob os cuidados dos padres da Companhia de Jesus, responsáveis por sua catequese e educação. A formação clerical destinada às crianças, não revelavam ou tão pouco valorizavam os aspectos socioculturais inerentes a formação de seu povo, assim como, a luta e preservação de seus costumes e tradições.

Entre 1500-1757, período da estada dos jesuítas nas colônias Brasil, e Amazônia, o trato com a formação e conversão das crianças indígenas bem como um sutil amparo social e cuidados deu-se intensamente. Naquele momento, os adultos já eram considerados “perdidos” pois não “tinham tido contato cedo com a civilidade”, aos curumins e às cunhantãs ainda “era possível salvar”, conforme se acreditava nos meios eclesiásticos de então.

O seguinte organograma mostra onde e o que faziam as crianças indígenas na colônia portuguesa:



É claro que esse fluxo era um descontínuo/continuum. Tudo, haja a vista dependia também da forma de colonização que para o Brasil era uma forma, para a Amazônia era outra.¹⁴ Em suas famílias, as crianças indígenas participavam das

¹⁴ Na América havia duas colônias de origem portuguesa. A primeira era a colônia Brasil, tendo como capital Guanabara no Rio de Janeiro, a outra era o Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém do Pará. Para o Brasil o sistema de colonização foram as capitânicas hereditárias que tinha como principais objetivos povoar a colônia e dividir a administração colonial. Essas porções de terras eram designadas aos capitães donatários que eram nobres da confiança de Dom João III, entre outras, os donatários tinham o privilégio de escravizar indígenas e cobrar tributos. Já para a Amazônia, o sistema foi o de capitães de aldeia na qual presos portugueses, geralmente de má



atividades cotidianas, eram livres imersos nas diferentes cosmogonias do grupo ao que pertenciam.

No sistema de catequese e na missão as crianças indígenas na Colônia eram inseridas nos mundos cristão e lusitano. Tinham contato com as letras, artes e liturgias, sendo na música sua inserção constante. Na lógica maior do poder colonizador, as cunhantãs e os curumins eram postos na mesma política hostil que seus pais e demais adultos: eram descidos para os aldeamentos a fim de serem escravizados e entregues a política de conversão cristã.

Fernando Londoño nos mostra as diferentes esferas do trato jesuítico com as crianças indígenas. O autor traça um paralelo sobre as ações dos padres jesuítas desde Lisboa com os meninos órfãos com os meninos indígenas visando pelo trabalho, ação missionária, e doutrinação torná-los futuros sacerdotes da ordem no Novo Mundo.¹⁵ Em linha de pensamento similar, Rafael Chambouleyron¹⁶, mostra o cotidiano misto desses jesuítas em terras brasileiras nos princípios da colonização. O autor destaca a disputa pela “conversão dos pequenos” que tão cedo eram inseridos no processo de catequização com o intuito de mais cedo se tornarem devotos fiéis e servos obedientes.

Muitos meninos e meninas indígenas atuaram como “serviçais”, como aias, companhias, cozinheiras, mucamas, caseiros, jardineiros, caçadores em casas de particulares. As fontes coloniais estão repletas de passagens se referindo a “indiazinha”, ao “moleque”, aos “caboclinhos” que faziam “tal coisa a alguém” Assim como os transeuntes, os viajantes que passavam pelas colônias utilizaram bastantes dos curumins como remadores, intérpretes e/ou acompanhantes em suas viagens.

A escola cada vez mais se tornou restrita aos mais abastados. Com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, a educação dos nativos, ficou à deriva da sociedade por longos anos. Além da conversão do “gentio” de um modo

índole eram enviados a cumprir pena como colonizadores da Amazônia. Os capitães de aldeia assumiam uma função jurídica e, eram os responsáveis de reconhecer o território e sucumbir ao poder espiritual e temporal dos índios.

¹⁵ LODOÑO, Fernando Torres. Crianças e Jesuítas nos primeiros anos da evangelização do Brasil. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 11, p. 97-116, abr./jun. 1995. p. 98.

¹⁶ CHARBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priore, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.



geral, o ensino das crianças, como se vê, fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus, desde o início da sua missão na América portuguesa. Preocupação que, aliás, também estava expressa no Regimento do governador Tomé de Sousa, no qual o rei dom João III determinava que “aos meninos, porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos”.¹⁷

De qualquer modo, os jesuítas ocuparam um papel central em todo esse processo. Rafael Chambouleyron¹⁸ nos diz que a catequização das crianças na colônia chegou a ser requerida e bem avaliada pelos pais e pessoas de mais idade das comunidades indígenas, assim garantiriam a sobrevivência das crianças e poderiam estabelecer alianças entre padres e grupos indígenas ao longo do período colonial acreditava-se que, a catequização das crianças constituiria novas gerações de cristãos no Novo Mundo. Porém a catequização e educação era também formativa, não somente dos princípios católicos, mas também havia uma intensa especulação no futuro e no preparo de mão de obra para ofícios diversificados a qual a comunidade colonial tanto carecia.

1. A Amazônia e o Brasil oitocentistas: imagens das infâncias indígenas “do pitoresco ao comum”

Com a chegada do século XIX e toda sua carga ideológica, a constituição do Império do Brasil, os indígenas estavam inseridos num contexto globalizante na qual suas perspectivas de mundo e seus mundos eram cada vez mais desprezados e silenciados.

Deste século, o século da ciência e das viagens científicas, que nos legaram diferentes imagens do Brasil e suas gentes, inclusive seus pequenos. Quando a Missão Francesa vem a pedido de Dom João VI ao Brasil no início do XIX, Jean-Baptiste Debret começa a retratar e a documentar os índios, negros, e

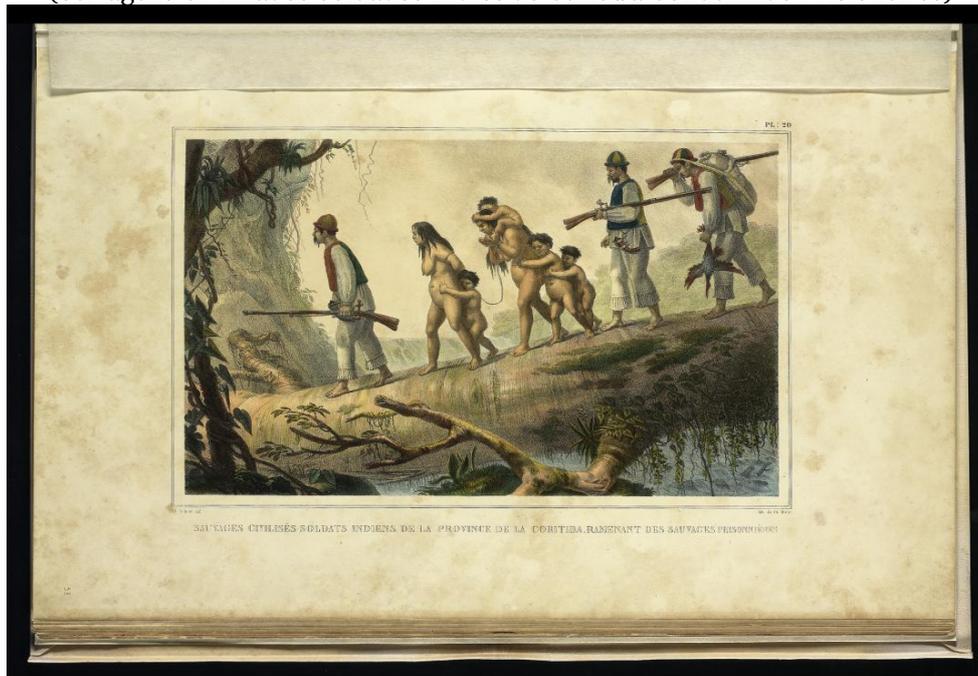
¹⁷ REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548 Lisboa, AHU, código 112, fls. 1-9. Acervo: Edisciplinas USP. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4638058&forceview=1>. Acesso em 10/01/2024.

¹⁸ Idem. op. cit.



o cotidiano do Brasil, e nos é possível tomando como fonte o “material visual” verificarmos o trato e os fazeres das crianças indígenas naquele período.

Figura 01: Sauvages Civilisés Soldats Indiens de la Province de la Coritiba, Ramenant des Sauvages Prisonnières
(Selvagens Civilizados Soldados Índios de Curitiba Conduzindo Prisioneiros)



Fonte: Jean Baptiste Debret.
Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome premier
Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil)

A figura anterior, mostra um possível episódio dos descimentos dos indígenas. Descimentos era uma das formas de captura e domínio da mão de obra indígena utilizada da colonização até o século XIX. Nesses episódios, os não indígenas impunham aos indígenas irem até aos aldeamentos e servirem as suas necessidades.

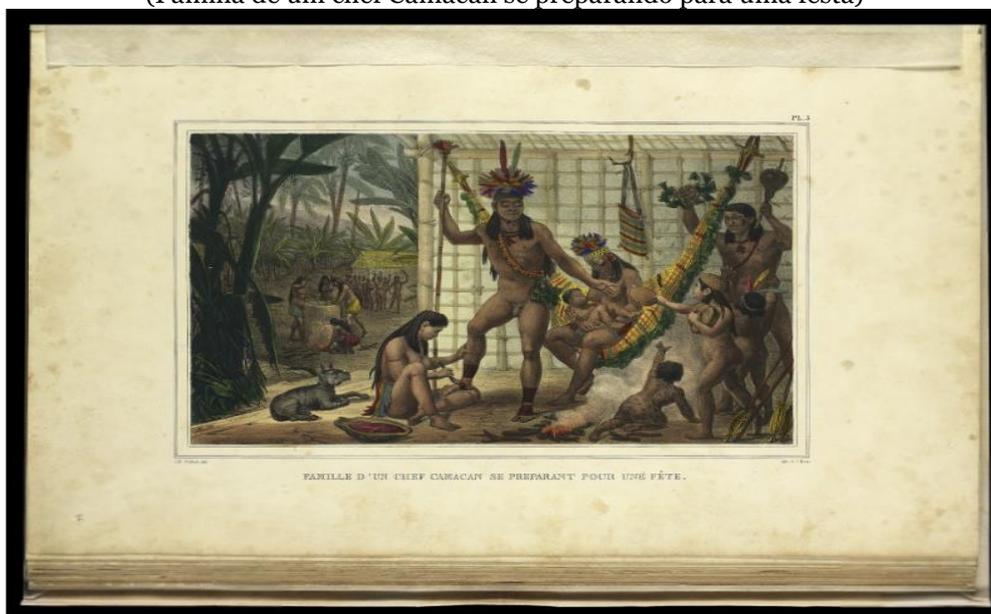
A cena de Debret é impressionante e repleta de simbolismos. Numa espécie de capoeira em um trecho de mata densa, três soldados como uma escolta conduzem seis indígenas, duas mulheres, mães possivelmente, e quatro crianças, seus filhos. A nudez completa dos indígenas contrasta com os “soldados vestidos”, que também trazem consigo carabinas, ou espingardas de algum tipo.



O sentimento das mulheres, mães, reitero, em proteger seus filhos que estão assustados com a situação alude para o trato das crianças indígenas no seio de suas famílias que cuidavam e os queriam sim, não simplesmente se desfaziam.

Outro ponto a destacarmos são as vivências das crianças indígenas: mesmo com todo um status quo que descrevia a benevolência no trato dos menores naquele momento no Brasil, a cena mostra uma máscara caída: os menores indígenas estavam tão quão seus pais expostos e sucumbidos as mesmas hostilidades frente ao elemento não indígena.

Figura 02: Famille d'un chef Camacan se préparant pour une fête
(Família de um chef Camacan se preparando para uma festa)



Fonte: Jean Baptiste Debret.
Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome premier
Acervo: Biblioteca Nacional (Brasil)

Essa segunda imagem, por outro lado, mostra-nos uma cena da "vida privada" de uma família Camacan, mais uma vez as crianças são maioria na cena, em número quatro, participam junto com os adultos do preparo e da arrumação para uma possível festa, ou ritual. Uma das crianças dá ao cacique uma espécie de cuia, enquanto uma mulher pinta suas pernas. Ao centro em segundo plano numa rede uma mãe amamenta seu bebê, o que nos possibilita também pensar uma possível história das maternidades indígenas.



As infâncias indígenas, assim, participavam do cotidiano, juntamente com seus pais, e como esses, foram silenciados e em diferentes momentos impedidos de praticar suas culturas e principalmente, suas vontades de criança.

O oitocentos é o momento da história do Brasil onde tudo começa a de fato ser “pensado para o Brasil”; após o episódio do Sete de Setembro de 1822, o império se instalara e ansiava por “dar nome e classificar” suas gentes e seus gentis. Contrariando os missionários do passado, e as diferentes guerras e descimentos, os indígenas ainda viviam, sobreviviam e estavam em número considerável. Muitas nações eram tão numerosas e organizadas que preocupava o imperador e os administradores províncias.

A enorme diversidade de populações indígenas no território brasileiro dificultava não só a ação política de caráter geral, como também a construção de uma única imagem de índio condizente com os ideais da nova nação. Do ponto de vista político, a proposta assimilacionista seria mantida e acentuada, com procedimentos diversos, como já vinha ocorrendo desde o período pombalino. Do ponto de vista ideológico, discutia-se a possibilidade de ornar o índio símbolo nacional. O desafio era grande e as divergências eram muitas. Afinal, os índios ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias. Como transformá-los em símbolo nacional se eram considerados inferiores e ameaças ao desenvolvimento e progresso econômico do Estado? Certamente, esses índios não serviam para simbolizar a nação, nem tampouco para compor o projeto de construção da memória e história coletivas do novo Estado.¹⁹

Transformação, essa de fato foi a grande ideia do século XIX para os indígenas do Brasil. Era preciso transformá-los, em trabalhadores, em pessoas úteis, em cristãos, e em brasileiros. Para isso o governo imperial começou a propor uma fracassada política indigenista na qual o trato igualado de norte a sul do império impossibilitou grandes conquistas.

Nesse momento, a criança em “maior necessidade passou a ser a negra. É interessante pensarmos que as políticas diferenciavam a situação das infâncias indígenas e negras ao longo da história do país. Diferenciavam no sentido de a

¹⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Op. cit. p. 136.



cada período “se preocupar” em “converter” em enquadrar a um grupo específico. Se grande parte do contato colonial a “preocupação” era entorno dos curumins e cunhatãs, no império a criança negra passa a figurar mais nos discursos oficiais. Todavia as crianças indígenas permaneciam inseridas nas mesmas políticas que seus pais e familiares.

Spix e Martius em sua passagem pelo Brasil entre 1817 e 1820 — os naturalistas percorreram mais de 10 mil km, passando por diversos estados, entre os quais São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, legando uma vasta produção científica publicada em diversos volumes e, ainda, um relato da viagem, intitulado *Viagem pelo Brasil*, publicado em 1823. Como todo naturalista, os dois ao percorrerem esse território levantaram itens à sua coleção: diamantes, peles de animais, cocares e lanças de indígenas e até mesmo crianças indígenas que levaram consigo a Munique. A imagem seguinte, mostra uma cena de um possível ritual tikuna.

Figura 03: Festlicher Zug der Tecunas
(Préstito festivo dos Tikuna)



Fonte: Spix e Martius. Atlas Zur Reise in Brasilien 1823-1831

Acervo: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.pdf

A cena composta por 14 adultos, duas crianças e um lactente, é repleta de movimento e cadência como que ritmado. A frente do séquito, possivelmente os



líderes do grupo ou o pajé e o líder, trajam uma vestimenta completa, e mascarados conduzem duas crianças, seguindo temos uma gama de mascarados representando, presumo, diferentes entidades do físico e do metafísico. Duas mulheres, uma carrega um bebê, a outra parece “tocar” fazer um som com uma vareta em um casco de uma tartaruga.

Quando passaram pelo Amazonas, especificamente na região do Rio Japurá, na margem esquerda do Rio Solimões, Spix e Martius “adquiriram” quatro crianças indígenas: três da etnia Miranha e um jovem Juri. A importante pesquisa da historiadora Patrícia Melo²⁰, pioneira em trazer a história de Johanes e Isabela a nosso conhecimento destaca que Johanes chegou a Munique possivelmente em março de 1820, esse menino de “cerca de 10 anos de idade vinha do rio Purus, da tribo Muri-Comas”, e a menina, Isabela “tinha a mesma idade, não se conheciam, mas suas vidas estariam estreitamente ligadas”²¹.

Figura 04: Miranha

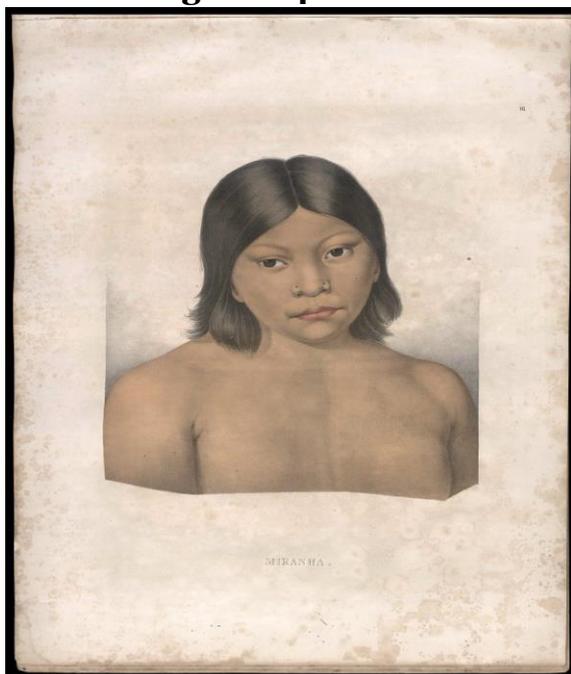
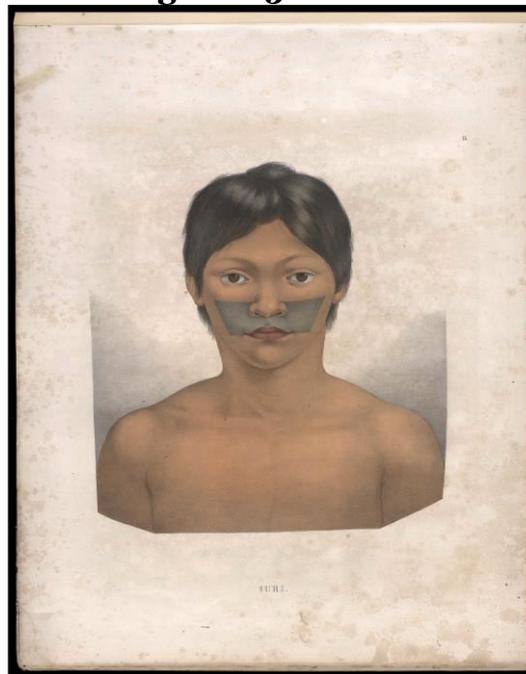


Figura 05: Juri



Fonte: Spix e Martius. Atlas Zur Reise in Brasilien 1823-1831

Acervo: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.pdf

²⁰ SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012. p. 297

²¹ Idem.



Essas imagens, retiradas do Atlas Zur Reise in Bresilien, mostra-nos Isabele e Johanes, as duas crianças indígenas que no século XIX, foram levadas até Munique. Levar “peças vivas” aos museus e acervos da Europa até o primeiro decênio do século XX eram práticas comuns entre os aventureiros, viajantes e naturalistas que visitavam os trópicos. Segundo a historiadora Patrícia Melo,²² na passagem de Spix e Martius no Rio Negro, “seis índios foram dadivosamente entregues aos naturalistas: dois deles morreram ainda na viagem de retorno, dois foram dados (também de presente) no Pará e outros dois morreram na travessia do oceano”, nesse sentido, afirma a autora “Turi e Isabella são os sobreviventes dessa longa viagem”²³.

Escrever história da infância indígena seria também investigar a fundo o que aconteceu de fato, com essas crianças em solo estrangeiro. O jornal de Munique Flora, assim noticiou a chegada dos “meninos índios”:

são um rapaz e uma menina de uns 12-14 anos. O rapaz tem boa estatura e a fisionomia do rosto é do tipo que também poderíamos encontrar entre nós, nos estratos mais baixos da sociedade. Em torno da boca tem um quadrado tatuado, mas que não apresenta incisões, como às vezes se vê entre os mouros [...]. O seu cabelo é preto, duro e liso, como também o da menina. A sua cor é amarelo-marrom. A menina é baixinha, de figura larga e sem qualquer expressão no rosto. Dizem que provém de uma horda de antropófagos. O rapaz, porém, vem das proximidades dos assentamentos portugueses no Brasil, por isto quiçá a sua fisionomia [seja] mais nobre.²⁴

Isabela carregava mesmo no exterior a fama de que os miranha eram antropófagos, vemos assim a circulação de ideias que o além-mar recebia sobre os indígenas brasileiros.

Seguindo o andar do século XIX, o império do Brasil em 24 de julho de 1845, promulgava o Decreto nº426 que contém o Regulamento acerca das missões de Catechese e Civilização de índios, que segundo especialistas do indigenismo brasileiro se trata da única “legislação indigenista do império”, do

²² Idem.

²³ Idem. loc. cit.

²⁴ COSTA, Maria de Fátima. Os “meninos índios” que Spix e Martius levaram a Munique. *Artelogie: Recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l'Amérique latine*, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/artelogie/3774>. DOI:10.4000/artelogie.3774.



longínquo império brasileiro. O Brasil precisava se reinventar, e reinventar suas gentes, mas, a política de trato para com os indígenas fora o retorno da política dos aldeamentos, extinta pelo Marquês de Pombal. Esse regulamento quis enquadrar toda a gama de gentes indígenas do Brasil a uma mesma política assimilacionista e predatória. Vale destacar que os interesses assumiram diferentes finalidades para o sul/sudeste, o objetivo maior era o domínio e posse das terras ocupadas pelos grupos indígenas, para a Amazônia era o controle e o alcance de mão de obra para os diferentes serviços que tanto careciam. E todos os indígenas estavam sucumbidos a essa legislação. Para a Amazônia, intensificou-se o processo de apresamento dos grupos, e a maior inserção no universo do trabalho, e isso incluiu os menores, que a cada instante eram dados como brinde, comercializados, traficados, para serem escravizados ou dados como serviçais nas cidades que estavam se desenvolvendo Manaus, Tefé e Barcelos por exemplo.

As crianças indígenas a partir de 1850 no Amazonas imperial, começam a serem inseridas nos diferentes mundos do trabalho a partir de um aparato “técnico”. Criou-se naquele momento instituições que visavam “tornar os cidadãos polidos em detrimento de selvagens brutos”²⁵, no Amazonas se criou o Instituto dos Educandos Artificies e no Pará o Instituto Paraense de Educandos Artífices. Por essa razão, o trabalho ainda era a forma que o poder público apontava como poder simbólico transformador do “índio ocioso” em civilizado. A educação estava voltada para formar o trabalhador, especialmente a população indígena residente pelas províncias.

A falta dessa referência nos quadros de alunos matriculados nos impede de conhecer qual era a real composição étnica dos internos do estabelecimento. Um exemplo desta lacuna da documentação é caso do educando Romualdo da Silva Minguês, indígena filho do Principal da “tribu Miranha”. Não fosse o relatório do diretor ao Presidente da Província, comentando a sua entrada na Casa, não conheceríamos a sua origem.²⁶

²⁵ RIZZINI, Irma. *O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: a Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2004.

²⁶ Idem. p. 191.



Este caso apresentado pela historiadora Irma Rizzini²⁷ é um dentre muitos outros que se perderam na história. Vemos que os indígenas tiveram seus nomes trocados por questões de cristandade que era imperante coisa comum desde meados do século XVII. E como bem nos mostrou a autora, os governantes enfatizavam sua presença no interior deste instituto, logo, na sociabilidade de Manáos. Os meninos indígenas eram trazidos muitas vezes a força de suas aldeias afim de serem preparados no interior da cidade, pois o Instituto se localizava na cidade.

A preferência por meninos indígenas era ponto fundante da política do estabelecimento. Em 1883, José Paranaguá, presidente da província do Amazonas, meio contrariado, afirmava que a procura por vagas na instituição crescia entre os provincianos, mas para cumprir a lei, a maior percentagem de vagas era destinada aos filhos de gentios, como forma de ser mais proveitosa ainda a função da instituição. Prossegue o Presidente:

*Nas viagens que fiz que fiz aos rios Madeira, Purus e Solimões, incumbi a pessoas, que me pareceram no caso, remeter para o instituto índios, com preferência os saídos das malocas. E de todas essas localidades, assim como do rio Negro, de Juruá e do Japurá, tenho conseguido obter menores indígenas de diversas tribos, a quem tem-se fornecido passagens por conta do estabelecimento. Alguns deles vieram acompanhados pelos próprios chefes, aos quais não é indiferente fazer compreender as vantagens de darem aos menores uma educação útil e proveitosa.*²⁸

Um ano depois, em 1884, José Paranaguá informa-nos que o Instituto contava com 119 alunos matriculados, dentre os quais, há muitos de “raça indígena”. Todos frequentam segundo ele, a aula primária e a de ginástica, 48 a de música e 24 a desenho. Ou seja, os indígenas estavam cada vez mais presentes no instituto e conseqüentemente em Manaus no período.

²⁷ Idem. op. cit.

²⁸ RELATÓRIO APRESENTADO à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da Segunda Sessão da Décima Sexta Legislatura, em 25 de março de 1883 pelo Presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos: Typografia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1883. Acervo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA. p. p. 35 e 35. Os grifos são meus.



Ao findar o oitocentos, a cidade de Manaus estava vivenciando seu surto modernizador propiciado pela economia da borracha. Nesse período, mais que antes, os indígenas foram “escondidos” da cidade e das fontes, todavia, que havia indígenas na cidade durante a *belle époque* é fato inegável. Que resistiam ao que lhes era imposto também não duvido. E com relação aos menores? As infâncias? Havia uma diferenciação entre os indígenas que nasciam na hinterlândia e os que nasciam na cidade, uma questão de identidade que o governo prorrogava como sendo os nascidos nas matas “selvagens por não terem sido gerados no seio da civilização”²⁹, representada na cidade.

Discutir sobre a questão de indígenas urbanos em Manaus ainda hoje gera uma diversidade de questões que fogem aos objetivos desse trabalho. Nisso, quero apresentar que os povos indígenas ao se estabelecerem na cidade tornaram-se “urbanos”, mas, por aqui, o termo “índio” foi generalizado de uma forma multiescalar, devido ao fato de muitos nos anos finais do XIX, optarem também em não se identificar como indígenas. Portanto, é nessa vinda a cidade que centraremos as poucas fontes disponíveis que apontam para os menores, para aqueles que estavam aqui, silenciados por diversos lados, e por sua pequenez, estavam sempre na tutela ou domínio de outrem.

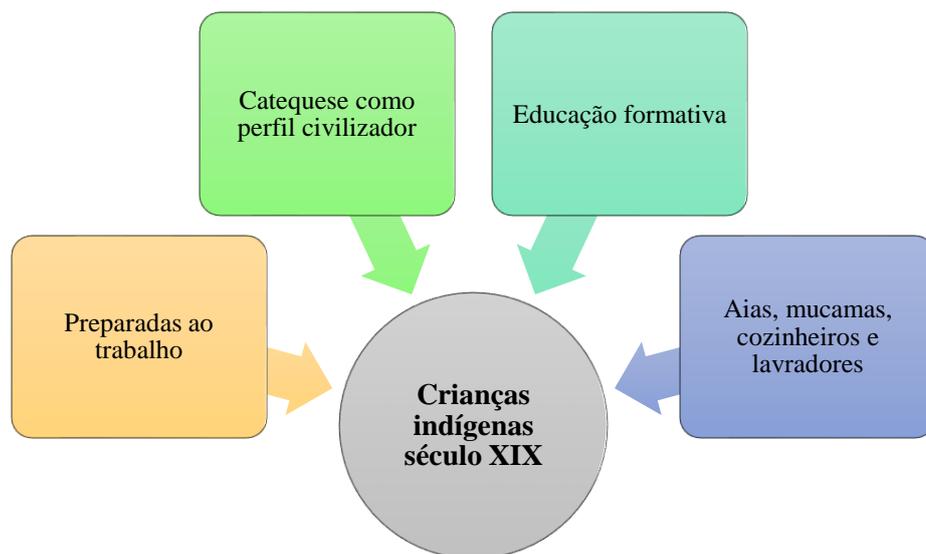
Falar das crianças indígenas em Manaus durante o decurso do oitocentos, evoca uma discussão amplamente sentimental pois visualizamos situações nas quais os menores foram hostilizados, feridos de uma maneira violenta e desprezível, como se fossem algo não humano ou vivo.

Muitos meninos foram trazidos, arrancados de suas aldeias a fim de serem educados no já mencionado Instituto dos Educandos, esses meninos vinham de diferentes localidades, de diferentes populações indígenas das diferentes regiões dos rios que circundam a cidade e a Amazônia.

A legislação do Império do Brasil regulamentava que o trabalho era a forma mais pedagógica e eficiente que existira. Esquemáticamente, temos:

²⁹ BRAGA, Bruno Miranda. Manáos uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910. Dissertação, mestrado em História Social. Universidade Federal do Amazonas UFAM, 2016.





No século XIX, no Brasil criara-se a perspectiva discursiva na qual os indígenas desapareceram das narrativas. John Manuel Monteiro³⁰ aponta que essa tese de desaparecimento fora sustentada por diferentes e sucessivas correntes de pensamento social no Brasil, pois, ao entrar no país, o pensamento antropológico ancorava-se na própria história desenvolvimentista nacional. Acreditava-se, em meios acadêmicos, que o indígena estaria fadado ao desaparecimento, pois se teorizava que tais povos se encontravam na “infância da civilização”, que a educação e a moral trariam um novo jeito de ser aos indígenas daqui, com o avanço das regiões agrícolas e com a evolução das cidades, esses povos que “se encontravam na ignóbil hostilidade”, seriam civilizados e acrescidos ao trato social.

Uma questão que entra em choque é o próprio perfil da escola nesse momento. Antes de uma função formativa e intelectual como concebemos hoje, a escola detinha mais um perfil de conduzir, de preparar para uma determinada atuação, seja profissional seja social, no meio da cidade. Para os meninos e meninas indígenas, essa prerrogativa se ampliava pois, ao chegarem numa escola

³⁰ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONE, Luiz Donisete Benzi (orgs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; Paris: UNESCO, 2004.



da cidade, não encontravam uma escola que se adequasse a suas diferenças, porém, deviam se enquadrar nessa escola

Prática comum e constante na Amazônia oitocentista foram os tráficos e comércio de crianças indígenas. Márcio Couto Henrique,³¹ ao analisar a relação de indígenas com os regatões dos rios da Amazônia, destacou que havia muito interesse nas crianças indígenas por parte daqueles homens chegando inclusive na narrativa de alguns viajantes os menores serem oferecidos como brindes, e cortesias. Esse comércio de gentes, foi praticado por diferentes atores no locus provincial: missionários, políticos, seringueiros, a elite de Manaus da época, e outros. Havia, evidentemente, uma intensa defesa de suas crianças por parte dos indígenas inclusive, há relatos que mesmo em guerras e inimizades “intertribais” o estado de servidão imposto aos inimigos pouco incluía as crianças.

Muitas vezes os índios não conseguiam evitar que seus filhos fossem arrancados de suas aldeias, sendo vendidos ou distribuídos nas cidades como “brindes.” A percepção de que mesmo seres humanos poderiam figurar nas trocas com os regatões deve ter causado profundo impacto entre as comunidades indígenas. Antes do contato com tais negociantes, mulheres e crianças capturadas em guerra tornavam-se esposas e filhos de seus aprisionadores.³²

Em Manaus, nos fins do oitocentos, o tráfico de menores indígenas se tornou uma prática comum e suas vendas, fugas, e até mesmo denúncia, eram constantes na imprensa. Nesses jornais, nos defrontamos com diferentes queixas sobre os menores “que habitam a cidade, e muitos dos quais estão entregues ao relento, na vadiagem e mendicância.”³³ É constante também nos jornais do período, denúncias a abusos e maus-tratos aos meninos e meninas indígenas que eram entregues a tutela do estado para a educação asilar.

É relevante destacar que o “oferecimento” de menores caboclos e/ou indígenas, hoje se constitui uma “permanência histórica.” É comum pais e mães

³¹ HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

³² Idem. p. 199.

³³ BRAGA, Bruno Miranda. *Manãos uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910*. Universidade Federal do Amazonas UFAM. Dissertação, Mestrado em História Social. Manaus, 2016. p. 289.



da hinterlândia, solicitarem ou entregarem seus filhos a troco de irem “estudar na capital” e esses menores em troca, servem como empregados na residência de quem os acolhe.

Muitas cenas da vida cotidiana do Amazonas oitocentista estão repletas de cunhantãs e curumins nos trabalhos, nos rituais, na família, e nos batismos. Há uma intensa inserção de menores indígenas na Igreja, fato que necessariamente não os convertia.

2. Outros 500 ou uma volta aos 1500? Considerações finais

Atualmente a onda negacionista e predatória vem interferindo cada vez mais na organização e luta indígena. Parece que voltamos aos 1500, ou que se quer saímos dele.

Ainda hoje, a educação escolar indígena não se plenificou, o ensino parte de conhecimentos e línguas que não são do tronco Jê, Pano, Aruak, Caribe, ou outros troncos linguísticos. É preciso lutar por uma educação escolar a partir das realidades indígenas, pois “quando a escola foi implementada em área indígena, as línguas a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que os índios desaprendessem as suas culturas e deixassem de ser índios.”³⁴, urge modificarmos essa situação.

Assegurar os direitos das crianças indígenas no Brasil, antes de “reparação histórica” é um refazer histórico, dando de fato, o direito a essas cunhatãs e curumins de casa, comida, saúde e escola, o direito à terra como propõe a UNESCO e outras entidades.

Escrever uma possível história das infâncias indígenas no Brasil requer a sensibilidade e leitura aguçada das fontes. Assim como os adultos indígenas mesmo silenciados oficialmente, os menores estão nessas fontes em algumas vezes lutando ao lado de seus pais e parentes adultos. Escrever essas histórias é

³⁴ BESSA FREIRE, José Ribamar. Fontes históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil. *Revista Tellus*. Núcleo de Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, ano 2, n. 3, out., 2002. p. 16.



ler as entrelinhas e além disso, reverberar as questões atuais. Questionar: o que mudou? O que continua? E principalmente, como avançar.

Se por um lado os homens e mulheres indígenas estão paulatinamente por meios de suas lutas, resistências e políticas assumindo seus postos e anseios, as cunhantãs e os curumins seguem na luta encaminhados com seus pais, mães, tias e tios. Em cada manifestação, movimento, e ato dos povos indígenas, a presença das infâncias é constante, o que reforça que a luta é em prol também desses menores, e esses menores também aliteram a luta.

Figura 06: Maria Eduarda Witoto, ato contra o Marco Temporal.
Praça da Matriz, Centro de Manaus

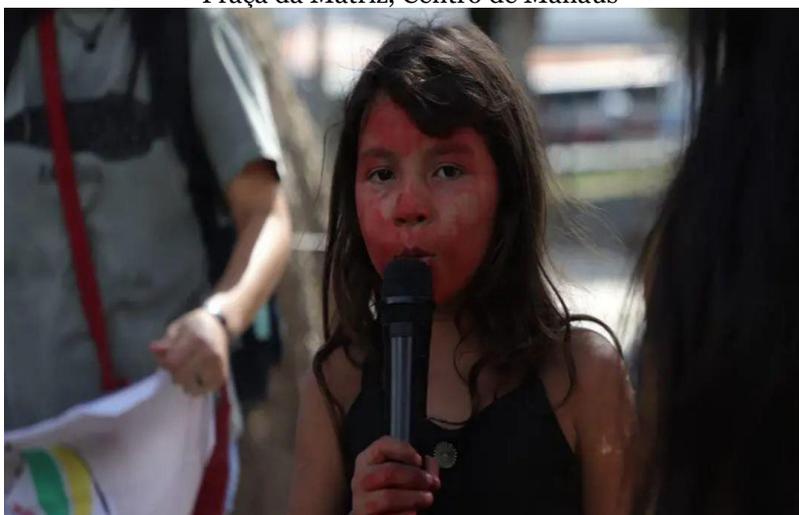


Foto: Paulo Desana. Data: 07.06.2023
Imagem cedida por Vanda Witoto.

Sempre me chama a atenção a atuação das lideranças indígenas e seu contato com as crianças, e suas inserções na luta do povo. Vanda Witoto, liderança indígena do Amazonas sempre se mostra ensinando seus sobrinhos e sobrinhas a participação na luta pelos direitos. Há uma forte esperança. Uma dessas meninas é sua sobrinha Maria Eduarda Witoto, sempre presente com sua tia nos eventos e na luta por direitos. Já tive a oportunidade de ver e de ouvir Maria Eduarda³⁵. Trata-se de uma vozinha que cresce e ecoa e se engaja, e nos

³⁵ Ao leitor, leitora que deseja também ouvir essa pequena líder, há alguns exemplos no perfil da rede Instagram da sua tia, Vanda Witoto, no link seguinte:
<https://www.instagram.com/vandawitoto/>



estimula. Esse sentido da presença das cunhantãs e dos curumins é a construção da história do Brasil no qual esses “pequenos personagens” assumem a construção de uma história com seu protagonismo vindo desde sua infância.

Espero que esses pequenos como Maria Eduarda Witoto num futuro estejam num Brasil mais humano, igualitário e com espaços acolhedores a elas e eles que serão parte do futuro da nação, e que hoje são vozes na causa de seus povos. Finalizo esse texto com fotografias de meninos e meninas witoto em diferentes atos no Estado Amazonas durante os últimos anos.

*Ngiá i nūna tá dauugü i torü tacücumagü pá ngeigü
(Vamos cuidar da nossa cultura e continuar mantendo ela minhas irmãs!)*

*Erü nháa naáne naerü maiyunü
(Porque a mãe do brasil é indígena!)*

Toada Vidas Indígenas importam.

Composição: Thais Kokama. Boi Bumbá Caprichoso, 2023.



Imagens gentilmente cedidas por Vanda Witoto para este texto.



Data de submissão: 23/03/2024

Data de aceite: 09/12/2024

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARIÈS, P. *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BESSA FREIRE, José Ribamar. Fontes históricas para a avaliação da escola indígena no Brasil. *Revista Tellus*. Núcleo de Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, ano 2, n. 3, out., 2002.

BRAGA, Bruno Miranda. *Manáos uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910*. Universidade Federal do Amazonas UFAM. Dissertação, Mestrado em História Social. Manaus, 2016.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos: poder magia e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba, CRV, 2017

CHARBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priore, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

CIRINO, Oscar. *Psicanálise e Psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COSTA, Maria de Fátima. Os “meninos índios” que Spix e Martius levaram a Munique. *Artelogie: Recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l’Amérique latine*, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/artelogie/3774>. DOI:10.4000/artelogie.3774.

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Infância. Michaelis On-line. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/infancia%20/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.



HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: índios na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LODOÑO, Fernando Torres. Crianças e Jesuítas nos primeiros anos da evangelização do Brasil. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 11, p. 97-116, abr./jun. 1995.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONE, Luiz Donisete Benzi (orgs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4ª ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; Paris: UNESCO, 2004.

PASSETTI, Edson. *As crianças brasileiras: um pouco de sua história*. s/d, s/l/, s/e.

REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548 Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Acervo: Edisciplinas USP. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4638058&forceview=1>. Acesso em 10/01/2024.

RELATÓRIO APRESENTADO à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da Segunda Sessão da Décima Sexta Legislatura, em 25 de março de 1883 pelo Presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manaus: Typografia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1883. Acervo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

RIZZINI, Irma. *O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto: a Educação dos Meninos Desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2004.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil antes de sua separação e independencia de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural*



de Sorocaba (Vol. 1, 2^a ed.). Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmert, 1877.
p. p. 5, 6. Acervo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/USP. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>. Acesso em 12 de junho de 2019.

